

---

VIRGÍNIA FERREIRA

Faculdade de Economia da Universidade de  
Coimbra e Centro de Estudos Sociais

---

## O FEMINISMO NA PÓS-MODERNIDADE \*

---

93

*Tendo como ponto de partida as mudanças verificadas ao nível da relação entre os indivíduos e o Estado Providência e a crise das ideologias colectivas, por um lado, e as mudanças do paradigma científico, por outro, o presente texto procura explorar os caminhos em aberto para os movimentos das mulheres. Assistimos, hoje em dia, ao predomínio dos discursos sobre a Dife-*

*rença em dois sentidos — o da diferença entre homens e mulheres e o da diferença entre mulheres. Procedendo à desmontagem destes dois tipos de discurso, o texto conclui que a perspectivização da diferença entre mulheres se revela mais inspiradora de transformação social, ao não privilegiar a esfera do biológico mas a do social, onde a mudança é possível.*

**H**OJE em dia, ouvimos pessoas que se declaram feministas, e têm mesmo uma actividade militante, manifestar-se contra o direito ao aborto e a reivindicação de creches, por exemplo. Outras, ao contrário, assumem todas as atitudes e discursos que nos habituámos a identificar com o feminismo, mas negam peremptoriamente serem feministas. Ouvimos frequentemente referências à diminuição da discriminação social das mulheres visível, por exemplo, na aceitação, ao nível do discurso, da igualdade de direitos para homens e mulheres. Encontramos, contudo, a mesma ênfase na afirmação contrária de que a situação das mulheres só se tem degradado nas últimas décadas em campos tão diversos como a família, o trabalho e a assistência social. As leituras das transformações sociais recentes são contraditórias. Existe, portanto, uma certa confusão que é consequência, e provavelmente também causa, da crise que o movimento das mulheres atravessa.

A expressão «pós-feminismo» entrou, entretanto, no nosso vocabulário. A ideia que esta encerra parece ser a de que o

---

\* Texto, ligeiramente alterado, da comunicação apresentada no I Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Janeiro de 1988.

feminismo é um movimento ultrapassado, que teve a sua utilidade e cumpriu a sua missão no momento em que a história e o progresso o exigiram, mas cuja filosofia e formas de organização se tornaram obsoletas na nova conjuntura social. Digo que a ideia parece ser esta porque, em toda a literatura que percorri, não encontrei uma única definição de pós-feminismo. Não há, portanto, uma definição de movimento, apesar de serem frequentes os textos em que surge o qualificativo de pós-feminista para certas tomadas de posição. Outro facto interessante é que em nenhum dos textos encontrei a designação de pessoas que sustentem tais posições. Parece, pois, que a expressão tem sobretudo utilização na linguagem comum e faz parte pura e simplesmente da súbita inflação do prefixo «pós» ultimamente verificada no nosso vocabulário. De qualquer maneira, a sua mensagem principal é a atribuição ao feminismo do estatuto de fora de moda. É esse estatuto que interessará discutir.

Em primeiro lugar, é necessário partir de uma definição de feminismo que não peque por ser demasiado estreita. Será errado, a meu ver, identificar feminismo com o movimento das mulheres das últimas três décadas, até porque assim excluirmos todas as lutas das mulheres de outras épocas. Essa identificação tornaria legítima a expressão pós-feminismo, no sentido em que o referi. Porque é verdade que as transformações sociais entretanto ocorridas mudaram os dados da situação e hoje já não é possível ter o mesmo discurso e ter as mesmas práticas de há vinte anos. Devemos antes definir o feminismo como um movimento de procura da compreensão das condições sociais das mulheres, tendo como objectivo melhorá-las e lutando por esse objectivo (Gordon, 1986). Trata-se mais de eliminar as desigualdades sociais entre homens e mulheres do que fazer com que as mulheres cheguem onde os homens já estão, ou sejam aquilo que eles são, porque é um erro pensar que a sociedade dos homens permanece igual quando a das mulheres muda. É por isso que o feminismo, ao procurar transformar as condições sociais das mulheres, não pode deixar de simultaneamente reflectir no modo como a sociedade no seu todo vai ser afectada. Esta característica confere-lhe um estatuto de visão global da sociedade. Se pensarmos assim, ficamos em melhor situação para equacionar os termos da crise que o feminismo atravessa actualmente. É, afinal, uma crise partilhada pelos restantes projectos de transformação social global, característica do tempo presente. O problema consiste em definir a maneira pós-moderna de ser feminista, uma vez que é certamente consensual a afirmação de que as mulheres continuam a viver uma experiência social passada sob o signo da discriminação, quer ela

seja económica, política, sexual, jurídica ou meramente ideológica.

No presente texto, procurarei escrutinar nos discursos que se reclamam de feministas as suas potencialidades de transformação social, tendo em vista as novas condições sociais e ideológicas da pós-modernidade. Não me referirei especificamente à sociedade portuguesa. Penso, contudo, que nós somos uma sociedade muito exposta às ideias debatidas nas sociedades ditas mais avançadas. É esta característica que me leva a crer que este trabalho não representa um exercício completamente despidido para a compreensão da sociedade portuguesa.

95

Antes de avançar, importa fazer ainda uma especificação do conteúdo que atribuo às condições da pós-modernidade. Para a análise dos discursos feministas interessa sobretudo ter em conta os fenómenos subjacentes à dita crise do Estado Providência e das ideologias colectivas. Esta caracteriza-se principalmente pelo distanciamento relativamente às ideias e práticas de inspiração humanista e benfeitora, que aspiram a atenuar as desigualdades sociais. Assim, onde anteriormente existiam no discurso necessidades básicas e essenciais à condição humana, cuja satisfação deveria ser garantida pelo Estado, agora existe uma multiplicidade de interesses individuais que o Estado não deve sufocar num mínimo denominador comum. Em vez de um sujeito com necessidades básicas temos agora um discurso que fala do sujeito descentrado em múltiplas superfícies, que vive para satisfazer necessidades sincrónicas de imagem (Jameson, 1984). O que ressalta são os temas da diversidade de interesses, da precaridade das identidades sociais, da fragmentaridade e da reversibilidade do *eu* e da mobilidade das pertenças sociais. Em suma, fala-se de *diferença*. Na medida em que a valorização da subjectividade individual passa pela sua incorporação na matriz institucional do Estado Providência, isso faz com que diminua a adesão às ideologias colectivas e retira potencialidade disruptiva aos conflitos sociais (Mozzicafreddo, 1987). A luta social perdeu o seu centro tradicional — o Estado. O poder desdobrou-se em múltiplas centros e deixámos de acreditar que a dominação social pode ser explicada em função de um único princípio. Terá que ser neste quadro de múltiplas pertenças que podemos compreender a fase actual do feminismo.

Outro aspecto da pós-modernidade que é necessário ter em conta diz respeito ao conhecimento científico. Até há pouco tempo, vivíamos uma época em que o paradigma científico socialmente aceite era de inspiração positivista. Aquilo que foi durante muito tempo típico de um conhecimento crítico está agora co-optado e transformado em produto institu-

cional. Todo o conhecimento é social e individual, é local e total (Santos, 1987). Isto significa que abandonámos o determinismo, que já não procuramos o princípio estruturador da sociedade, entrámos no campo da complexidade e da interacção social, abandonámos a crença na capacidade de a razão apreender a lógica essencial do funcionamento do social, já não acreditamos, aliás, que exista a Razão, a Verdade, ou a Essência Humana. Agora referimo-nos à ciência como uma leitura possível, entre outras, do real. Admite-se que os discursos, e a ciência não passa de um discurso, são todos problemáticamente referenciados à realidade, portanto, procede-se à desconstrução dos seus significados indeterminados segundo os contextos e os sujeitos. Terá que ser neste quadro de nova retórica científica que podemos analisar os discursos feministas (1).

O tema da diferença surge nos textos feministas tratado de duas maneiras: como *diferença entre homens e mulheres* e como *diferença entre mulheres*. As francesas são quem, nas suas análises dos símbolos e da linguagem, tem acentuado mais a valorização das diferenças entre homens e mulheres (em particular, Cixous, Irigaray e Kristeva). Nos E.U.A., a obra destas autoras tem sido objecto de uma ampla recepção (veja-se, por exemplo, Carol Gilligan, Catherine Mackinnon e Andrea Dworkin). No segundo sentido, entramos no domínio da diferença entre as mulheres, da fragmentaridade das suas identidades e do fraccionamento dos seus movimentos. Neste campo pontificam as autoras anglo-saxónicas (veja-se, a título meramente ilustrativo, Michèle Barrett, Mary McIntosh, Linda Gordon, Annette Kuhn e Barbara Ehrenreich) (2). É, pois, a partir da problemática da diferença que se tentará ligar os fios da pós-modernidade e do feminismo. Far-se-á uma análise das problemáticas mais recorrentes, com particular incidência nos dois sentidos com que o tema da diferença surge no dis-

---

(1) A reflexão teórica levada a cabo no seio do movimento feminista foi muito importante para esta mudança de paradigma científico. É por isso que eu não diria como Nancy Armstrong (veja-se o seu texto neste número da *Revista Crítica de Ciências Sociais*) que a estruturação futura do pensamento pós-moderno assenta fortemente nas contribuições da teoria feminista. Penso antes que esta foi muito importante na desestruturação epistemológica, metodológica e filosófica do paradigma científico anterior, e que nesse processo de desmontagem teve um contributo decisivo através da sua prática de contra-indução à maneira de Feyerabend. Quanto ao futuro penso que a teoria feminista pode ter um papel equiparável a qualquer outra área do pensamento social, que faça assentar a sua reflexão nos postulados fundamentais do conhecimento pós-moderno.

(2) Nos E.U.A., surgiu mesmo um novo termo («hyphenization») que traduz este processo. A colocação de hifens para expressar fraccionamento é, contudo, uma prática tipicamente Norte-Americana. Em Portugal, como na Europa, as fracções vão adoptando designações que não nos remetem necessariamente para os grupos dos quais cindiram. Veja-se, em Portugal, o exemplo de «As Bruxas», designação de inspiração francesa.

curso feminista dos anos oitenta. O objectivo consiste em explorar as consequências da adopção de cada um desses discursos para as condições sociais das mulheres e para a análise sociológica. Antes interessa-me, porém, fazer um excuro pelas metáforas que marcaram os discursos do feminismo durante o último século.

As feministas do séc. XIX relacionavam a condição das mulheres com a sexualidade através de duas *metáforas*: *Prostituição* (aviltamento da pureza da mulher pelo carácter vicioso do homem); *Doença da Mulher* (gravidezes sucessivas e enfraquecimento físico das mulheres provocados pelo constante apetite da libido masculina) (Snitow *et al.*, 1983:9-47). As reivindicações feministas resultavam do pragmatismo com que encaravam a inevitabilidade dos laços entre a heterossexualidade e a procriação. Num quadro social que negava basicamente às mulheres os meios da sua própria subsistência, não espanta muito que não conseguissem visualizar outras alternativas ao casamento que não fossem a prostituição ou o celibato. Assim sendo, o sexo deveria ser praticado exclusivamente no interior do casamento (proposição que inspirou o Movimento da Purificação Social), mas com um calendário de relações sexuais determinado pela mulher (objectivo de luta do Movimento da Maternidade Voluntária).

Com toda a sua titubeação, a exigência da maternidade voluntária é um embrião essencial do axioma que reconhece a mulher como ser sexual e retira ao marido o direito absoluto ao corpo da mulher, princípios estruturantes da vaga feminista que surgiria cerca de cem anos depois.

Quando ressurgem, os movimentos das mulheres começam exactamente por questionar aquilo que tinha sido considerado como um dado pelas mulheres oitocentistas — a heterossexualidade como compulsiva e a maternidade como fonte exclusiva de valorização social das mulheres. A metáfora que passaria a dominar o campo da acção e da retórica social seria a da *violação*. Todo o acto heterossexual continha em si os germes da violação. Nos *consciousness-raising groups*, cuja metodologia assentava na ideia de que a consciência da subordinação se alcança através da reflexão sobre a experiência individual, estimulava-se a identificação da sexualidade com subordinação e opressão e todo o discurso do prazer heterossexual era negado e entendido como «falsa consciência». Alargou-se a metáfora da violação à totalidade da experiência de todas as mulheres.

É no beco sem saída a que esta análise conduz que se encontra a explicação para o facto de o lesbianismo ter sido

## 1. Metáforas

a única fracção do movimento feminista que saiu reforçado desta segunda vaga. Era o único consistente. O único que fazia reverter em seu favor conceitos, sonhos e frustrações do movimento feminista. É aqui que se encontram as raízes da fase actual do feminismo. Como corolário lógico deste raciocínio, apenas o separatismo se fortaleceu. A procura do Bom Sexo para as mulheres, e da Identidade Feminina, levada a cabo naquele contexto acabou por demarcar, como única forma de não pactuar com o inimigo, a resposta homossexual. Pensou-se que o sexo era o problema e que a forma de o resolver era evitar as relações heterossexuais.

É interessante perguntarmo-nos como é que chegámos a este ponto. A verdade é que, no início dos anos 70, dominava a ideia de que a circunscrição da vida das mulheres ao papel da mãe e esposa «produz uma tendência para a tacanhez de espírito, a inveja mesquinha, a emotividade irracional e a violência arbitrária, a dependência, o egoísmo competitivo e o espírito possessivo, a passividade, a falta de visão e o conservadorismo» (Mitchell, 1971:162). Há quinze anos, falava-se das condições de trabalho e da formação profissional das mulheres, do papel dos *mass media* na construção das representações sociais e dos direitos de reprodução. Hoje fala-se sobretudo de violação, pornografia, objectificação do corpo da mulher e de violência. É evidente que as razões para esta mudança se podem encontrar na frustração dos resultados anteriormente obtidos. A verdade é que, ao longo de todos estes anos, grande parte do esforço de reflexão da teoria feminista se orientou no sentido de definir um princípio holístico, universalmente fundador da opressão das mulheres. Enquanto para certas correntes esse princípio era constituído pelo papel das mulheres, biologicamente determinado, na reprodução e na família, para outras ele constituía-se pelo lugar destas na organização da produção social e na divisão social do trabalho, e para outras, ainda mais recentemente, pelo facto de toda a estruturação do sistema social (práticas, discursos, poderes, saberes) se basear na oposição entre os dois sexos. Mal se apontava um dos factores como o central, logo estudos vinham demonstrar que em certos grupos ou sociedades as coisas se passavam de outro modo, mas as mulheres continuavam a ser objecto de discriminação social. Daí a nova centralidade da sexualidade na teoria feminista mais recente, à luz da qual nenhuma das transformações ocorridas nos restantes campos surge como positiva, mas apenas como mera variação de práticas e símbolos análogos em natureza aos dos tempos passados. As práticas sexuais são aquelas em que as mudanças são menos evidentes, ou porque não existem ou porque não têm visibilidade social.

## 2. Diferenças

### A — Diferença I

Assistimos nos anos 80 ao predomínio do feminismo cultural ou *new wave* (como é usualmente designada esta corrente), em que pontificam sobretudo as autoras francesas. Qual é a principal mensagem desta corrente? É a celebração das virtudes e valores da mulher, a afectividade e a solidariedade, em contraste absoluto com os dos homens, a racionalidade e a competitividade. Isto é, trata-se de uma mensagem centrada em torno do eixo do poder (em sentido foucaultiano, do poder microfísico, que não tem um centro mas que está omnipresente em todas as relações sociais). De um lado os sem-poder (as mulheres) e do outro os todo-poderosos (os homens). As qualidades femininas tal como se exprimem em actividades de apoio e suporte afectivo e espiritual ligadas à maternidade, à amamentação e à educação, são contrastadas com as masculinas, que se expressam em actividades de conquista e domínio ligados à guerra, à exploração económica e à subordinação dos outros (sobretudo as mulheres). Afirma-se que a identidade masculina se estrutura com base na aniquilação das mulheres (Andrea Dworkin, por exemplo, personagem forte da campanha anti-pornografia, tem defendido este ponto de vista). Temos então, nesta óptica, a mulher dotada de uma essência puramente maternal, da qual irradia todo o seu ser social, enquanto os homens se definem, tanto sexual como socialmente, enquanto agressores fálicos. No fundo, poder-se-á dizer que é o discurso possível depois de dessexualizada a imagem do lesbianismo.

Se considerarmos estas proposições e as deslocarmos para o seio da discussão do pós-modernismo, teremos de concluir que a maneira como este discurso feminista aborda o tema da diferença é o menos pós-moderna possível. Assim parece, se tivermos em conta que uma das temáticas centrais do pós-modernismo é a proclamação da *morte do sujeito*. Se o que está em jogo com esta proclamação é a declaração da indeterminação entre experiência e expressão, então uma discussão sobre as especificidades do modo de expressão das mulheres aparecerá como completamente deslocada. Na problemática da morte do sujeito, este é tratado fora do quadro das dicotomias essência/aparência, corpo/espírito, cultural/político e feminino/masculino. O conhecimento pós-moderno recusa este tipo de raciocínio binário que funciona por oposições, em que cada lado opositor define modos inequívocos de pertença. Ao contrário, procura o conhecimento da complexidade, da inter-relação, da ambiguidade e da multiplicidade. Uma *démarche* que procura sobretudo encontrar os

elementos da diferença entre homens e mulheres fica forçosamente fora da pós-modernidade.

Quais podem ser as consequências para o futuro do feminismo se for esta a corrente que venha a tornar-se dominante? Como assinala Linda Gordon (1986:26-27), a história do feminismo pode ser organizada em ciclos em que, a um período marcado pela reivindicação da igualdade andrógina entre os sexos, em que é denunciada a imposição da feminalidade às mulheres como parte de um sistema de subordinação e se reclamam direitos iguais (séc. XVIII — princípios do séc. XIX e década de 1960 — metade da de 70), se segue um outro período em que se exalta a superioridade das mulheres num mundo dividido entre o princípio masculino da agressão e o princípio feminino da solidariedade (segunda metade do séc. XIX e meados da década de 1970 até hoje). Para esta historiadora, esta dualidade cria uma tensão que se regista permanentemente no interior das correntes feministas e, nesse sentido, compreende-se que a alternância entre igualitarismo e separatismo seja cíclica.

Se retomarmos a história, constatamos que, a seguir a esse período do século passado em que se defendeu a diferença entre homens e mulheres, depois de conquistado o direito ao sufrágio, o feminismo ficou aparentemente sem objectivos e desapareceu com a condenação de ser «a doença da mulher moderna» (Snitow *et al.*, 1983). Será que corremos igual risco hoje em dia? A verdade é que, de acordo com a opinião de várias autoras (Sandra Harding, Lynne Segal, Linda Gordon e Michèle Barrett, entre muitas outras), a exaltação das qualidades tradicionalmente tidas como femininas conduz à negligência (omissão, inadvertência e apatia) dos aspectos da acção pela transformação do *statu quo* social das mulheres. Esta sublimação do feminino tem subjacente o apelo à revolução social feminista, o que dá sempre azo a uma atitude de «tudo ou nada», isto é, de não empenhamento em lutas parcelares e imediatas, que parecem àquela luz destituídas de objectivos. É, portanto, muito possível que, a reforçar-se esta dimensão do pensamento e da ética feminista, voltemos a viver um período de desaparecimento de um movimento feminista. Recorrendo a uma expressão de Hal Foster (Foster *et al.*, 1985:11-12), diria que entrariamos numa pós-modernidade caracterizada por um **feminismo de reacção**, nostálgico dos tempos em que cada pessoa sabia qual era o seu lugar, que argumenta contra o projecto modernista na base do retorno à tradição e da preservação do *statu quo*. Isto é, a impossibilidade de na pós-modernidade existir feminismo, tal como foi definido no início do texto.



*B — Diferença II*

Tomando Barthes (da «Lição Inaugural»), que recriava no mesmo acto a morte do autor e o nascimento do leitor, constatamos a existência de um discurso feminista em que o tema da diferença é tratado em termos pós-modernos. Refiro-me ao discurso que fala da diferença entre as mulheres. Este considera que falar de diferenças entre mulheres implica recusar proposições homogeneizadoras sobre a identidade feminina, que pretendam representar o ponto de vista de todas as mulheres. As diferenças sexuais são analisadas como diferenças de identidade, o que quer dizer que é negada a importância do biológico para a definição das diferenças sexuais. O processo através do qual as identidades masculinas e femininas são construídas é estritamente relacional, logo social. Neste sentido, as mulheres são tão marcadas pelas relações entre os sexos como os homens (Flax, 1987). As qualidades apontadas como femininas são tão referenciadas a uma base biológica e natural fixa como as masculinas. Eleger como qualidades femininas aquelas que os homens (os detentores do poder) sempre afirmaram serem as das mulheres é postular um *eu* feminino que não é afectado nos seus aspectos fundamentais pela experiência social. É, assim, postular uma identidade imanente e universal. É retomar a tradição humanista. Poderia dizer-se destas vozes, que se dizem de seres essencializados e naturalizados, o mesmo que Habermas disse de Marcuse — abandonaram um discurso prático fundado na razão por um outro fundado nos instintos.

De certo modo, poder-se-á dizer que a exaltação das qualidades comuns a todas as mulheres representa uma tentativa de superar a divisão e o fraccionamento que tem vindo a verificar-se nos movimentos das mulheres. A compreensão deste processo de fraccionamento alcança-se no reconhecimento da fragmentaridade das identidades e dos interesses das mulheres. As feministas radicais sentiram necessidade de especificar as suas diferenças relativamente às liberais, as negras relativamente às brancas, as lésbicas relativamente às heterossexuais, as marxistas relativamente às não-marxistas (pensem-se todas as combinatórias de raça, preferência sexual e ideologia, para não falar de classe social, de nacionalidade ou de geração). O presente processo de fragmentação traduz, de facto, a recusa da ideia ontológica humanista de um *eu* feminino, a recusa da adesão a Uma Verdade, Um Conhecimento e Um Eu. Isto é, a recusa da crença na MULHER. Esta atitude traduz o abandono de maneiras de pensar holísticas, lineares ou teleológicas que façam assentar a explicação da situação social das mulheres num único factor,

e é verdadeiramente consonante com a filosofia pós-moderna do conhecimento.

Poderíamos então especular sobre as perspectivas do feminismo no caso de esta tendência à fragmentação se manter. Quer-me parecer que ela é muito mais inspiradora de acção transformadora do que a primeira. Esta problematização da diferença como diferença entre mulheres afasta-nos do biológico e transporta-nos para o domínio do social. A mudança é aqui possível, ao contrário do que acontece no biológico. Se cada mulher ou grupo de mulheres lutar contra as formas específicas de discriminação de que é objecto, podemos estar certas de que, no cômputo geral, as sociedades se tornarão mais igualitárias (do ponto de vista das relações de poder entre os sexos) e essa pode ser a maneira pós-moderna de se ser feminista.

Importa vincar a ideia de que o discurso da diferença das experiências das mulheres pode ser profundamente crítico do *statu quo*, o que quer dizer que poderemos ter um feminismo na pós-modernidade que será, parafraseando Hal Foster de novo, um **feminismo de resistência**.

Um aspecto que não devemos esquecer, no entanto, é que esta mesma tendência se prolonga na acentuação da individuação. Esta desloca a ênfase do discurso do grupo de mulheres para cada mulher. Então, pode dizer-se que, por exemplo, a luta pela não-discriminação passa para o campo das subjectividades inter-individuais, para a gestão pessoal das relações e dos afectos. Uma vez que o poder se concebe agora como descentrado, complexo, multimodal e multifocal, as reivindicações feministas deixam de se focalizar no Estado para se dirigirem cada vez mais para as relações a nível micro-social, no face-a-face dos indivíduos com outros indivíduos e com as instituições. Isto não exclui, mas antes impõe, que se organizem grupos em torno de problemas e objectivos concretos e limitados. Estes grupos podem transformar-se em grupos de pressão na opinião pública, nas instituições públicas ou privadas implicadas na resolução do problema. São importantes porque criam redes de pertença social, e ainda que se façam e desfaçam à medida dos ritmos da mudança social, podem potencializar energias para finalidades socialmente úteis.

### 3. A nova metáfora

Uma das certezas de que dispomos no momento é que tanto o feminismo como a teoria social precisam de encontrar urgentemente uma nova metáfora que faculte uma leitura diferente das relações sociais entre homens e mulheres. Precisamos de escapar às teias da metáfora da violação, se queremos dar um sentido positivo às relações entre os sexos.

Precisamos de escapar à rede do separatismo, se queremos redefinir os sentidos de maternidade e de paternidade<sup>(3)</sup>. Precisamos de escapar às limitações da teoria da alienação, que postula sujeitos dotados de uma imanência que é desvirtuada pelo social, se queremos entender a perigosidade e o prazer proporcionados tanto pelas relações heterossexuais como por qualquer outra empresa humana.

O que temos é que abandonar o campo das metáforas biológicas. Deixar de pensar a heterossexualidade como agressão física das mulheres pelos homens. Doutro modo parecerá que, de facto, as mulheres incorporaram tudo o que lhes foi dito sobre o poder do falo. Continuar a falar da agressão fálica é corroborar esse poder e não combatê-lo. Abandonar o campo do biológico é fundamental. Foucault ensinou-nos a ver o poder do discurso como ortopedia da sexualidade (Abranches e Ferreira, 1986). Hoje aparece como consensual a ideia de que o corpo contém pouco de biológico (Alferes, 1987).

Bom, mas qual deverá ser essa metáfora? Qualquer que ela seja, deve sobretudo sugerir imagens de complexidade, de biunivocidade, de inter-relação. Deve ser uma metáfora que se institua numa matriz de olhar apta a captar a multiplicidade dos significados dos fenómenos e dos processos sociais. Que em vez de dirigir o nosso olhar numa só direcção da acção (dos homens que prostituem ou violam as mulheres) nos permita ver em ambas as direcções da acção (a afirmação, a resistência e a manipulação feitas pelas mulheres). Que, em vez de olhar ora para um ora para outro lado da diferença entre homens e mulheres, nos ensine a observar o que se passa dentro da caixa preta em que a diferença é produzida. Temos sobretudo que desenvolver análises relacionais. Temos que estudar mais as relações sociais entre os sujeitos, os processos de interacção e o seu enquadramento institucional (tomando a instituição como a cristalização de padrões comportamentais a reproduzir socialmente).

Estes são os postulados que devem inspirar a análise sociológica e que julgo serem os mais adequados para uma apropriação teórica da complexidade das relações sociais.

---

<sup>(3)</sup> Algumas autoras culpabilizam o feminismo recente pela emergência de movimentos reaccionários como a Moral Majority. A sua incapacidade para redefinir em termos feministas os significados sociais da maternidade e da paternidade estaria na base do aparecimento de muitos sentimentos de insegurança que inspiraram a adesão a esses movimentos (Gordon, 1986). A crítica a práticas passadas do feminismo não pode, contudo, conter qualquer tipo de arrogância. Quem vê depois, vê sempre melhor. O facto de algumas dessas práticas terem desencadeado certos efeitos perversos não significa que elas não fossem a resposta mais adequada às necessidades do momento em que foram pensadas.

Penso, contudo, que existem dificuldades. É, de facto, mais fácil explicitar as «background assumptions» (Gouldner) do que torná-las operativas. Dificuldade, aliás, que tem criado uma tensão permanente na teoria sociológica e na teoria feminista. Como articular a esfera social com as outras, por exemplo a biológica? Como articular o colectivo com o individual?

O problema é que é simples afirmar que a identidade das mulheres é social e só por isso é que conta. Mas o corpo não é uma instância mediadora através da qual nós depuramos as experiências sociais? Então ter corpos diferentes destinados a funções biológicas diferentes não terá consequências sobre a forma como filtramos as experiências sociais? Penso que a resposta só pode ser afirmativa. Mas também penso que nós jamais conseguiremos captar essências, porque estas não passam de categorias discursivas. Será, se quisermos, o nosso princípio de Heisenberg, que nos sugere a incerteza inerente a qualquer tentativa de avaliar o que em nós é dado (natureza) e adquirido (cultura). Teremos que procurar teorizar a complexidade, a ambiguidade e o conflito inerentes ao diálogo que essas esferas estabelecem entre si. Em cada situação concreta a analisar temos que escrutinar a forma específica como, na sua confluência contingente, se articulam contextos e identidades.

O mesmo se diga relativamente à articulação entre o colectivo e o individual. Tudo indica que, no quadro da pós-modernidade, a luta feminista (como, aliás, nos restantes domínios sociais) se transfere para o nível espectral e individual. O «regresso» à lógica do mercado, a alteração do modelo fordista e do Estado Providência deixam os indivíduos mais sós, numa atitude distanciada mas também dependente deste. A valerem mais individualmente mas sem o valor que lhes confere a união. Quando nos colocamos do lado do indivíduo, atraí-nos a ideia do seu poder absoluto. Mas olhá-lo na sua insignificância social sugere-nos a necessidade de protecção face às condições de exercício do poder. Paradoxal, ou talvez não, é o facto de se reforçar a necessidade da compreensão crítica dos processos sociais ao mesmo tempo que vivemos uma crise dos referenciais da crítica social global. Sendo assim, o ângulo analítico deve inspirar uma acção social (e vice-versa) que encurte a distância entre o indivíduo, a encarnação do poder democrático e as condições sociais do exercício do poder, tal como estão consagradas nas instituições e organizações colectivas. O reforço da intervenção em grupos, tal como a caracterizei anteriormente, poderá ser uma pista a merecer uma exploração cuidadosa. Continuamos, afinal, a procurar os sucedâneos às corporações de Durkheim,

## O Feminismo na Pós-Modernidade

que possam desempenhar o papel de intermediário entre o individual e o colectivo. Apenas agora a nova ideologia não atribui a mesma centralidade social aos valores do trabalho (inspiradora das concepções de Durkheim), o que nos obriga a rever a valorização de todas as outras instâncias. ■

Virgínia  
Ferreira

### Referências Bibliográficas

- 106
- |   |      |  |
|---|------|--|
| Abranches,<br>Graça e Ferreira,<br>Virgínia | 1986 | «O debate sobre o aborto e a ortopedia discursiva da sexualidade», <i>Análise Social</i> 92-93, 477-89.  |
| Alferes, Valentim                           | 1987 | «O Corpo: Regularidades discursivas, representações e patologias» <i>Revista Crítica de Ciências Sociais</i> 23, 211-219.                              |
| Flax, Jane                                  | 1987 | «Postmodernism and Gender Relations in Feminist Theory», <i>Signs</i> vol. 12, n.º 4, 621-643.   |
| Foster, Hal <i>et. al.</i>                  | 1985 | <i>La Posmodernidad</i> , Barcelona, Kairós.   |
| Gordon, Linda                               | 1986 | «What's New in Women's History» in Teresa de Lauretis (ed.), <i>Feminist Studies, Critical Studies</i> , Bloomington, Indiana University Press, 20-31. |
| Jameson, Fredric                            | 1984 | «Postmodernism, or The Cultural Logic of Late Capitalism», <i>New Left Review</i> 146, 53-92.  |
| Mitchell, Juliet                            | 1971 | <i>Woman's Estate</i> , Harmondsworth, Penguin Books.  |
| Mozzicafreddo,<br>Juan                      | 1987 | «Pós-modernismo e Estado-Providência», <i>Sociologia — Problemas e Práticas</i> 3, 11-19.  |
| Santos,<br>Boaventura de<br>Sousa           | 1987 | <i>Um Discurso sobre as Ciências</i> , Porto, Edições Afrontamento.  |
| Snitow, Ann<br><i>et al.</i>                | 1983 | <i>Powers of Desire — The Politics of Sexuality</i> , Nova Iorque, Monthly Review Press.   |